



**XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**  
**11 a 13 de outubro de 2022**

*“Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”*

**Autores:** Jane Cruz Prates <sup>1</sup>, Thiana Orty <sup>2</sup>, Erica Monteiro Do Bomfim Bordin <sup>3</sup>, Rebel Zambrano Machado <sup>4</sup>, Rodrigo Dos Santos Nunes <sup>4</sup>, Pedro Alberto Cardoso Samuel <sup>4</sup>, Laís Duarte Corrêa <sup>4</sup>, Franciele Machado Dos Santos <sup>4</sup>, Jéssica Degrandi Soares <sup>4</sup>, Tatiane Andrade Ventura <sup>4</sup>

---

# A ATUALIDADE DA TEORIA E DO MÉTODO MARXIANO PARA A MEDIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

**Resumo:** O presente artigo é fruto de estudos e reflexões realizadas por um grupo de pesquisa sobre a obra marxiana e sua mediação com o Serviço Social. Pretende-se, ao longo desta produção, destacar a atualidade e consistência da obra marxiana para subsidiar o trabalho com as refrações da questão social, contribuindo para a formação e o trabalho de assistentes sociais, à luz do projeto ético-político assumido pela categoria, no Brasil.

**Palavras-chave:** teoria marxiana, método marxiano, fundamentos do Serviço Social, formação e trabalho de assistentes sociais

**Abstract:** This article is the result of studies and reflections made by a research group about the marxian work and its mediation with the area of Social Work. It is intended, throughout this production, to highlight the relevance and consistency of the marxian work to subsidize the work with the refractions of the social question, contributing to the formation and process of work of the social workers, taking in to consideration the ethical-political project assumed by the category in Brazil.

**Keywords:** marxian theory, marxian method, foundations of social work, formation and work of social workers.

---

1 Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

2 Pontifícia Universidade Católica Do Rs01347803025

3 Pontifícia Universidade Católica Do Rs

4 Faculdade São Francisco De Assis

# Introdução

A atualidade e a contribuição da obra marxiana são inegáveis para a análise do capitalismo e do tempo presente, com seus elementos que permitem desvendar de modo processual, a estrutura e a dinâmica dos fenômenos, os quais precisamos problematizar, cotidianamente, para realizar nosso trabalho, em qualquer espaço e, em qualquer âmbito. Até porque não há como intervir sem antes analisar a realidade concreta, nos seus aspectos universais e particulares, com suas múltiplas determinações e refrações, que condicionam a vida de sujeitos singulares e coletivos com os quais trabalhamos. Mas, o real não se expressa a um primeiro olhar, a realidade aparentemente concreta precisa ser desvendada para superar sentidos limitados, restritos ou até mesmo distorcidos. O capital faz muito bem esse processo de mascaramento do real para capturar os desejos dos trabalhadores e a direção aportada ao trabalho na sociedade capitalista, de modo a beneficiar os seus interesses. Por essa razão, o capital só pode ser entendido como uma relação social que se vale de uma ideologia para naturalizar o que não é natural e, desse modo, reduzir resistências.

Ao não reconhecermos que a produção do valor que enriquece o capitalista vem do trabalho, naturalizamos a exploração, a expropriação e a precarização do trabalho. Quando não estabelecemos conexões entre o adoecimento e o sobretrabalho, não apreendemos em profundidade nem os processos de trabalho, nem os processos de adoecimento. Quando não reconhecemos que o desemprego estrutural impossibilita o acesso da classe trabalhadora a um emprego digno, culpabilizamos quem está desempregado pelo próprio desemprego, o interpretando como um fracasso pessoal. O inverso também é verdadeiro, quando apenas enxergamos o desemprego estrutural e não consideramos, no processo de análise dialética, seus impactos na vida de homens e mulheres concretos na sua particularidade de vida, também não estamos apreendendo esse fenômeno à luz da totalidade, na medida em que não consideramos o conjunto de suas refrações.

A fragmentação e mascaramento de processos desse tipo faz com que se percam substâncias políticas e potências para instigar a luta contra-hegemônica das massas trabalhadoras, que não interessa ao capital, e dentro delas, as particularidades de classe, gênero, raça e etnia. Quanto mais consistente a análise acerca do real, quanto mais pautada em dados concretos e argumentos sólidos, que são dados pela articulação a teorias explicativas, mais densas serão as propostas para incidir sobre a realidade na busca por transformá-la.

Não é demais reiterar que assistentes sociais tem como objeto de trabalho as refrações da questão social, ou seja, o modo como a contradição entre capital e trabalho rebatem na vida dos sujeitos, provocando desigualdades de ordens diversas, mas também resistências. Dentre a multiplicidade das contribuições da obra marxiana para entender e enfrentar a ordem do capital, o aporte metodológico para a qualificação da investigação social, que emana de sua obra, tem sido um elemento importante de mediação para adensar investigações e exposições, em especial nas áreas humano-sociais em estudos e propostas que tem, por finalidade, contribuir com subsídios para a transformação da realidade social.

## **A teoria marxiana e o método de investigação e exposição**

O tripé que fundamenta a teoria marxiana é composto pela Teoria do valor trabalho, pela Teoria da Alienação e pela Teoria da Revolução. Marx (1989), nega a pretensa neutralidade científica e dá centralidade aos valores, que estão na base dos processos investigativos e interventivos e que informam não só as escolhas acerca dos temas sobre os quais nos debruçamos, mas também o modo como os desdobramos, para explicá-los nos produtos do nosso trabalho, sejam eles um TCC, uma dissertação, um projeto, um plano de trabalho ou um estudo social. Para explicar, é preciso contemplar o desvendamento e a complicação das antíteses, ou dos opostos em luta, de modo que ao final do processo, possamos mostrar “a vida

da realidade”, para usar a expressão marxiana (MARX, 1989). E a realidade viva, pulsa, está em movimento, por essa razão sempre será apreendida como totalização provisória. Mas, para chegar a esse movimento de explicitação, como desdobramento, o que Marx chama de método de exposição, é preciso um processo que o antecede, ou seja, o movimento investigativo, quando a pesquisa parte do concreto, da estrutura explicitada no presente e volta ao passado para explicar o seu movimento de constituição, ou a sua dinâmica, contemplando a identificação de transições, que ocorreram no processo e como foram vivenciadas pelos sujeitos, analisadas à luz das múltiplas determinações que as conformaram, econômicas, sociais, culturais, políticas, bem como suas interconexões e contradições inclusivas, além da percepção dos sujeitos sobre esse processo.

Nesse sentido é preciso que, ao reconhecermos que a realidade é contraditória, nosso pensamento, como diz Lefebvre (1991), seja o pensamento da contradição, ou seja, que ele se movimenta por dentro das contradições, buscando explicitá-las, mas antes de tudo reconhecendo a sua existência. Por exemplo, ao reconhecermos que as políticas sociais são contraditórias, na medida em que respondem a necessidades dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo servem ao capital, significa que não podemos ter um olhar romântico sobre elas, que precisamos reconhecer que, muitas vezes, são concessões para reduzir resistências mais radicais, mas que, por outro lado, não podemos descartá-las, porque também são fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora e, são absolutamente fundamentais em uma sociedade tão desigual como a nossa.

Ao reconhecê-las como contraditórias, nos desafiamos a privilegiar os processos sociais emancipatórios, que podem ser desencadeados a partir da sua mediação pelo trabalho consciente, com clareza de direção, buscando reduzir os processos conformadores, isto é, aqueles que realimentam a subordinação, o não lugar, a dependência, a submissão. Para tanto, não podemos limitar nosso trabalho a mera reprodução de procedimentos previstos pelas políticas. As refrações da questão social, nosso objeto de trabalho, não são uma exclusividade do Serviço Social, assim como a subjetividade, objeto de trabalho da Psicologia, não é tema exclusivo dessa área, contudo, se é nosso objeto, somos aqueles e aquelas que mais se debruçam sobre essas refrações, buscando dar-lhes visibilidade, entender

suas origens, analisar seus impactos e propor alternativas de enfrentamento. Nossa contribuição quanto a expressão dessas refrações, nos mais diversos espaços de trabalho, precisa ser consistente, aportar críticas e contribuir para o aprimoramento de estratégias emancipatórias, para a qualificação das políticas e para a sua democratização, o que exige a ampliação de espaços de participação de trabalhadores e usuários.

Marx (1989) reconhece que, a realidade é movimento, é processo, em curso de constituição, ou seja, apreende de Hegel a historicidade como característica do real, evidencia que esse movimento se efetiva por negações inclusivas e que para explicá-lo é preciso apreendê-lo como totalidade, onde múltiplos determinantes se conectam para dar sentido ao modo como os fenômenos se expressam na vida concreta. Os elementos que conformam a realidade são, ora explícitos, ora mascarados, o que requer a superação do aparente, por uma análise crítica radical (que vai a raiz) e contextualizada temporalmente, culturalmente e geograficamente. Reconhecemos que esse conjunto complexo de elementos precisam ser mediados ou interconectados, mesmo que em determinados momentos o pesquisador possa se dedicar ao aprofundamento de alguns elementos em particular, ele não pode prescindir de realizar o movimento de volta. Esse é o momento da sua rearticulação na unidade, pois o

pensamento vai apreendendo o real por sucessivas aproximações, superações e elaboração de sínteses, por isso totalizações provisórias.

Lefebvre (1991) esclarece que, a inteligência para se apropriar dos fenômenos precisa fragmentar, dividir e analisar, contudo, a razão torna a unir, agrupar e estabelecer a relação entre os fragmentos. Esse movimento sistemático entre dividir e unir que caracteriza o processo de conhecimento, é fruto da contradição entre entendimento e razão, que incessantemente precisam separar e unir ampliando o alcance da explicação. Esse movimento que vai do concreto ao abstrato e vice-versa, para chegar ao concreto pensado, que vai da prática para a teoria e vice-versa, constituem relações necessárias, que não podem ser separadas, porque uma alimenta a outra.

Nossa característica interventiva precisa ser informada pelos fundamentos para que, conforme um exercício profissional consistente. Logo, não pode ser qualquer prática, mas trabalho que se expressa numa práxis. Nesse mesmo sentido, é preciso perceber a relação necessária entre universalidade e particularidade, entre quantidade e qualidade, entre objetividade e subjetividade, superando as fragmentações. Esse conjunto de elementos, uma vez interconectados, aportam novos sentidos e significados à análise dialética. A análise dialética, portanto, é realizada em movimento, considerando o processo e as múltiplas determinações que o conformam, ou seja, é contextualizada e múltipla. Se acrescentamos ao adjetivo dialética, o materialismo e a história, teremos uma análise que parte do concreto e não do pensamento ou de ideias e conceitos, portanto, materialista e não idealista. Hegel partia do conceito, Marx parte do concreto, dos homens e mulheres em carne e osso na sua atividade prática. E, se reconhecemos na história a chave fundamental para conhecer sujeitos, processos, organizações, sociedades, temos o materialismo, dialético e histórico. Mas aqui estamos falando de uma apreensão da história não por mera cronologia, ou pela narrativa dos dominadores, mas por fatos significativos e pelas narrativas de quem viveu e registrou essa história; a história do trabalho humano para Marx.

Ora, a sociedade capitalista não só fragmenta a realidade para mascarar seus determinantes e suas contradições, como nega ou reduz a potencialidade de

processos sociais, apropriando-se deles de modo despolitizado, para roubar-lhes sua força revolucionária. São exemplos desse movimento a negação da luta de classes, a negação da solidariedade de classe, o subjetivismo e a negação das condições objetivas para a conformação da subjetividade, a redução da emancipação humana ou mesmo da emancipação política a pequenas reformas, que, ao contrário de serem transformadoras, mascaram inserções precárias que interessam ao capitalismo, a negação da participação instruída por dados desassociados de análises críticas e utilizados apenas como elemento de legitimação, entre outros processos de mesma ordem (PRATES; CARRARO, 2017).

Desocultar a superficialidade desses processos, que limitam o seu significado e os seus impactos é fundamental ao fortalecimento da classe trabalhadora e das suas condições e modo de vida, como também é fundamental ao enfrentamento das refrações da questão social. Os processos de captura da subjetividade não são novos no capitalismo, mas seu refinamento é cada vez maior para manter o trabalho subjugado ao capital, através de amarras progressivamente mais profundas, legitimadas pela própria classe trabalhadora, em virtude dos processos de alienação e reprodução a que é submetida, cotidianamente, em tempos de capital fetiche. Essa captura vem sendo debatida por marxistas contemporâneos, dando visibilidade ao modo como o capital se metamorfoseia e se utiliza de novas estratégias ideológicas para subsumir o trabalho ao capital, o primeiro, cada vez mais alienado, precário, servil e a ideologia do segundo, cada vez mais capilarizada no conjunto das expressões da vida da classe trabalhadora.

A obra de Marx traz o trabalho como elemento central, mostra como é reduzido e reificado no modo de produção capitalista, estranhado e alienado de seu criador. Nesse sentido, limita o desenvolvimento do trabalhador como sujeito integral e como ser humano genérico, pois o trabalho que deveria ser elemento de desenvolvimento de potencialidades, de cooperação, aproximação e identificação entre os trabalhadores, torna-se elemento de frustração, negação da criatividade e interdição do acesso aos produtos do trabalho. O trabalho torna-se fardo, doente e competitivo entre os trabalhadores. A introjeção dos valores e pressões da ideologia capitalista faz com que o próprio trabalhador seja o déspota de si mesmo, o seu próprio alzo, iludido pelo empreendedorismo e a *uberização* do trabalho, disfarçadas de autonomia ou subsumido pela pressão do assalariamento. Porém, esse sujeito reificado, fruto da sociedade capitalista, não é o único sujeito possível. O sujeito individualista, egocêntrico, que não reconhece o outro como necessário para sua própria realização, que não se identifica com o coletivo e não se reconhece como trabalhador e como parte da natureza, é mais um produto da sociedade burguesa, que o conforma por múltiplas estratégias de reprodução da sua ideologia a essa racionalidade bárbara e irracional.

A pobreza para Marx, em última instância é o homem coisificado, esse ser forjado nos valores impostos pelo fetiche da mercadoria que se limita ao ter, ao contrário



de ser, apesar de reconhecer, através do que chamou de Lei Geral de Acumulação Capitalista, a produção da pobreza como elemento intrínseco ao modo de produção capitalista. O trabalho requer relações sociais e, nesse sentido, desenvolve processos sociais, a relação compartilhada para produzir, exige e possibilita o desenvolvimento dos sentidos, da troca e da aprendizagem. O trabalho concreto consome energia física e mental, contudo, é um consumo produtivo, no produto que o trabalhador se reconhece. E mais, ele mobiliza suas energias, sua criatividade, suas experiências anteriores, seus conhecimentos que os media para produzir e, nesse processo, se aprimora como trabalhador e como sujeito que conhece, que estabelece relações e que age, de acordo com aquilo que intuiu ou planejou. Trata-se sempre de um processo coletivo, pois o trabalhador vale-se não só da cooperação de outros trabalhadores, mas de produtos historicamente criados pelo trabalho humano, além de mediações ontológicas, que guarda para lançar mão dessa cadeia na realização de novas mediações reflexivas necessárias à realização do trabalho, como parte do instrumental.

A categoria mediação tem papel fundamental no plano metodológico do trabalho, devido a sua dupla natureza, ontológica e reflexiva. “As mediações que estruturam (ontológicas), devem ser reconstruídas pela razão (reflexivas) para que seja possível uma compreensão do movimento e para orientar a intervenção” (PONTES, 1995, p. 175-176). Os processos educativos estão implícitos no trabalho concreto e na constituição das cadeias de mediações e, quanto mais amplas e diversificadas forem, mais amplas serão as possibilidades de instigar processos sociais emancipatórios. Construimos essas cadeias de mediações, com experiências, com estudos, pesquisas, trocas, com o aguçamento de todos os nossos sentidos e as utilizamos na relação que estabelecemos ao intervir, utilizamos, portanto, o conhecimento guardado (mediações ontológicas) para construir novas mediações (reflexivas).

# A realidade brasileira e o Serviço Social

A trajetória histórica da sociedade brasileira, não favorece o desenvolvimento de mediações consistentes, que instruem processos emancipatórios, ao contrário, traz a marca da subalternidade e da interdição, uma vez que foi conformada por longos períodos de colonização, escravismo, ditadura e populismo, pelo desenvolvimento de um capitalismo dependente, periférico e tardio e um estado de bem estar inconcluso, por uma educação tardia e premida por reformas verticais, que sempre atenderam interesses particularistas e não às necessidades da população. São características de nossa história, também, a política do favor, da moeda de troca, dos privilégios, do patrimonialismo e do coronelismo, a conformação de uma burguesia extremamente conservadora e subalterna ao grande capital internacional e uma sociedade civil fragilizada, fruto de amplos períodos em que a participação lhe foi negada. Esse é um solo histórico propício ao ressurgimento de um conservadorismo que, na verdade, nunca foi superado.

Desde o golpe realizado em 2016 no Brasil, vivemos um processo de retrocessos sem precedentes. Em um país, dependente e periférico, de amplitude continental e de profundas desigualdades históricas, como o nosso, as crises econômica, política e sanitária ampliam essas mazelas profundas, precarizam ainda mais o trabalho, desmontam políticas públicas e violam direitos.

O momento atual é marcado por um governo fundamentalista, de ultradireita, assumidamente conservador, que nega a ciência, a liberdade de pensamento, e os avanços civilizatórios conquistados pelos trabalhadores, logo, a necessidade de desvendar o real e buscar alternativas de resistência é imprescindível para a própria sobrevivência do povo brasileiro. A alteração do sistema fiscal (EC n.º 95), que determinou o congelamento de gastos por 20 anos, tem imposto retrocessos significativos na manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS), o que vem sendo sentido pela população em meio a essa pandemia, de longa duração e de proporções imensas e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com o sucateamento da rede socioassistencial e o fechamento de serviços, sem falarmos em retrocessos em políticas fundamentais de habitação, de educação, de meio ambiente. Na mesma direção, estão a desregulamentação do trabalho agudizada pela reforma trabalhista de 2017, e os processos de desmonte da Política de Previdência Social, associadas as atrocidades dos processos de desmatamento, cuja proporção assume patamares nunca antes vistos no país, pondo em risco a vida de gerações futuras. A esses processos, somam-se ainda a reforma administrativa, a crescente violência e o racismo estrutural, a tentativa de desmonte do movimento sindical e a criminalização de movimentos sociais (PRATES, 2020). Diante de tudo isso e para uma profissão como o Serviço Social, cujo objeto de trabalho são as refrações da questão social, a fundamentação de uma teoria e de um método radical é de suma importância para que se possa pensar, coletivamente, estratégias na busca de novas formas de sociabilidade, cada vez mais urgentes.

O Serviço Social é uma profissão e uma área de conhecimento, cuja formação no Brasil é de nível superior e exige, portanto, a Graduação e o registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), para o exercício profissional e dispõe de uma Pós-Graduação potente e pujante, apesar de jovem, que alimenta com a produção de bens simbólicos, as bases para a formação e o trabalho profissional. O Brasil é pioneiro na implantação de doutorado em Serviço Social na América Latina, na PUC-SP, a profissão é regulamentada no país como profissão liberal, pela Lei n.º 8662/93 e dispõe de um Código de Ética Profissional (CFESS,

1993), o que não ocorre em todos os países latino-americanos. A profissão é fruto de conquistas coletivas, capitaneadas por um conjunto de entidades representativas da categoria o conjunto CFESS- CRESS, a ENESSO, a ABEPSS, além dos sindicatos, por ramos de atividades, onde os assistentes sociais se filiam. O Serviço Social é uma área que opta pela fundamentação crítica radical, no sentido de buscar a raiz das refrações da questão social, em suas múltiplas expressões de desigualdades e resistências, reconhecidas como seu objeto de trabalho, cujas bases são fundamentadas pela produção marxiana e marxista. Logo, os valores pelos quais coletivamente optamos se contrapõem a lógica da barbárie imposta pelo capital.

Contudo, é conveniente reiterar que suas características, na América Latina, se agravam por sermos países de capitalismo tardio, dependente e periférico e, por transferirmos valores do que produzimos aos países imperialistas. Formamos para o trabalho e os espaços construídos nos diferentes âmbitos do trabalho e na relação com áreas diversas, o que tem contribuído para a formação e a constituição do estatuto identitário profissional do(a) assistente social, logo, não há como dissociar um processo do outro. Essas duas características, nos são muito caras, porque constitutivas dessa profissão – o trabalho e o caráter interventivo - e ambas nos aproximam da fundamentação marxiana.

A teoria marxiana tem o trabalho como categoria ontológica central e o reconhece como elemento chave na produção do valor, mas como contraponto é a partir do trabalho que ocorre a captura dos processos de trabalho e dos trabalhadores, via alienação e estranhamento, tema trabalhado por Marx em diversas obras mas, em especial, na obra O capital (1989). Ademais, a teoria marxiana tem a prática como critério de verdade, porque reconhece que os processos transformadores precisam ultrapassar o plano da análise e do discurso e serem passíveis de materialização. Contudo, Marx (1989), não fala de qualquer prática, mas de uma prática com direção social definida e instruída pela teoria, isto é, uma práxis ou teoria em ação. Por fim, almejar contribuir para transformação, é outra característica da profissão, o que não se faz sem análise crítica, fundamentada pela teoria e por um método que vá à raiz, à origem do conjunto de determinações, que conformam essa realidade social contraditória, e este é outro

aspecto que nos aproxima desse referencial teórico. Para tanto, nossas cadeias de mediações precisam ter a transversalidade da pesquisa e da ética para que se solidifiquem, (PRATES, 2003).

Ao construirmos importantes valores coletivos, na relação com a sociedade do nosso tempo, assumimos compromissos, bandeiras de luta, pautamos diretrizes para a formação e o trabalho profissional, no âmbito da Graduação e, orientações para a formação de recursos humanos de alto nível, professores e pesquisadores na Pós-Graduação. Porém, esse conjunto de avanços, que são muitos e construídos em tempos adversos, ainda precisam ser capilarizados de modo mais efetivo com o coletivo profissional e este é um de nossos grandes desafios.

## **Reflexões finais**

A aproximação aos fundamentos marxianos e marxistas, nos auxiliaram a reconhecer nosso lugar no mundo, a identificar nosso objeto de trabalho como fruto das refrações de uma contradição, os rebatimentos entre os conflitos em disputa na relação entre capital e trabalho, no modo de produção capitalista, uma contradição que se expressa através de desigualdades, mas também de resistências.

O que somos, como e em que direção trabalhamos, na conjuntura de acentuado conservadorismo, por si só já nos impõe muitos desafios. Soma-se a isso a marca do feminino que continua sendo predominante em nosso corpo profissional, em uma sociedade machista, o fato de trabalharmos, majoritariamente, com sujeitos invisibilizados, discriminados, estigmatizados, interditados; sociedade está, que não os reconhece como sujeitos de direitos e os reduz a números sem vida. 670 mil mortos pela pandemia, 14,4 milhões de desempregados, quase 6 milhões desalentados, crescimento de 200% de feminicídios de março de 2020 a março de 2021 (IBGE, Secretaria de Segurança Pública, G1 Covid-19 Brasil, 2021), só para mencionar alguns.

Defendemos um projeto ético político que reconhece a diversidade humana e temos a clareza de que o capitalismo produz riqueza para poucos e pobreza para muitos, ou seja, que quanto mais se amplia a produção capitalista, em igual proporção cresce o desemprego, a pobreza, o sobretrabalho, a desvalorização da força de trabalho, o que Marx muito bem explicitou através da Lei Geral de Acumulação Capitalista (1989). Em razão de tudo isso, almejamos superar esse modo de produção, por novas formas de sociabilidade humana, onde não haja o domínio de uma classe sobre a outra. Porém e felizmente, já superamos a visão messiânica de que, como categoria, poderíamos fazer essa transformação; hoje, reconhecemos que somos parte da classe trabalhadora e que essa é uma tarefa de toda a classe. As estratégias para manter a força e a hegemonia desse projeto, com base em argumentos consistentes e o desvendamento das ideologias, que nos capturam cotidianamente é outro grande desafio, projeto este que precisa ser introjetado na formação e materializado no trabalho profissional. Do mesmo modo, ele precisa ser reiterado sistematicamente pela formação permanente e avaliadas as formas como vem sendo mediado no cotidiano de trabalho. A ABEPSS tem trabalhado nesse sentido, através dos ABEPSS Itinerante, de suma importância.

Antes de finalizar é importante ressaltar que, em Marx, se evidencia o reconhecimento da necessária interconexão entre razão e sensibilidade. Os sentidos, diz Marx, nos Manuscritos de Paris (1993), assim como a razão, também precisam ser educados. A impossibilidade de acesso, portanto, ao estudo, a arte, a expressão do estético, às práticas esportivas, a prática da participação, enfim, a riqueza material e simbólica humana construída pela humanidade, condiciona o desenvolvimento não só de nossa saúde física, mas de nossas possibilidades, do desenvolvimento de nossa humanidade em sentido ampliado, espaço onde razão e sensibilidade se interpenetram. Por outro lado, como resposta a interdição do acesso, a cultura popular se expressa resistindo a apartação. Os slams, os raps, os grafites e o teatro de rua, são exemplos dessas expressões. São a rosa de Drummond, que teima e nasce no asfalto, precisamos mediá-los na formação e no nosso trabalho.

Nossos estudos, projetos e trabalho orientados por um projeto ético-político emancipatório como o nosso, que se fundamenta no referencial marxiano e

marxista, podem se constituir em importantes contribuições aos processos de resistência, uma vez que contemplem a crítica e a autocrítica e sejam orientados por uma direção social clara e coletiva, para continuarmos assumindo as lutas do nosso tempo e não vacilarmos diante de tantas adversidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Orçamento Geral da União**. Portal da transparência. Acessível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARQUES, Rosa M. NAKATANI, Paulo. **Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo**. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre) V18 N2, Porto Alegre EDIPUCRS, 2019.

MARX, K e ENGELS, F. **O Capital**. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K e ENGELS. Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Edições 70, Lisboa, 1993. PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**, Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

PRATES, Jane C. **Crise do capital, pandemia e (des)proteção social** (Prefácio) in ANDRADE, R. F., PINHEIRO, H. A. e VALLINA, K.A. (org.). Campo minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020.

PRATES, J C. e CARRARO, G. **Na prática a teoria é outra ou separar é armadilha do capitalismo?** Revista Argumentum. Vitória, UFES, v. 9, n.2, 2017 acessível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424/11903>.

